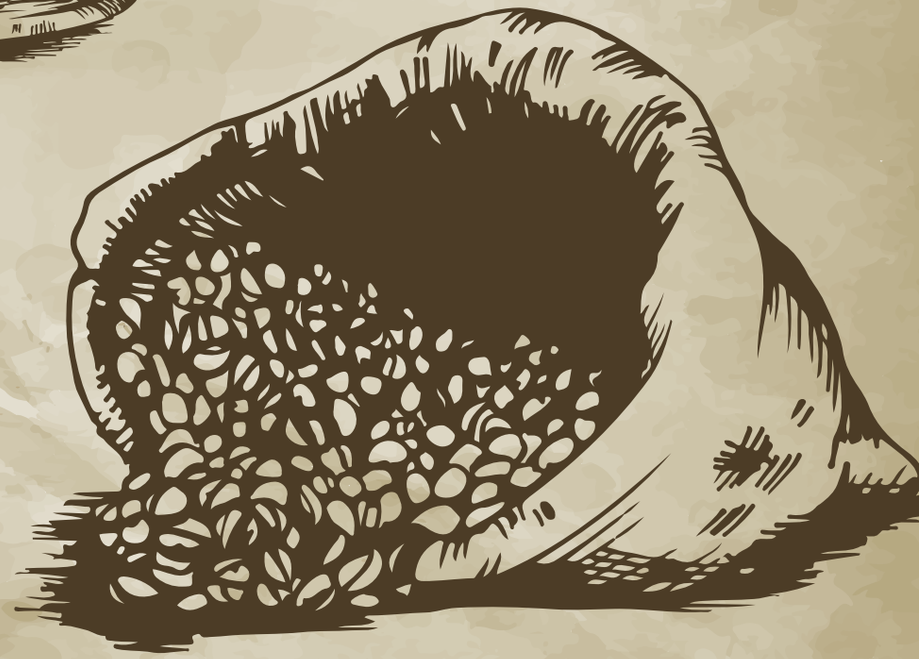


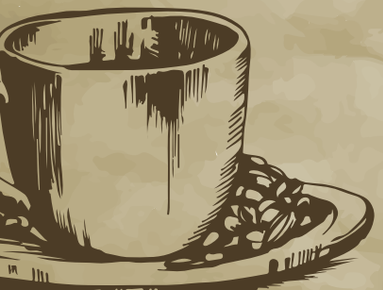


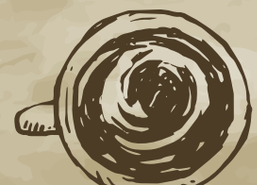
Café com Lutas



Segurança Pública

psol
na
câmara







Café com Lutas

O PSOL na Câmara vem organizando encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. Trata-se do Café Com Lutas. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos.
No dia 26 de novembro, o encontro tratou da **Segurança Pública no Brasil.**



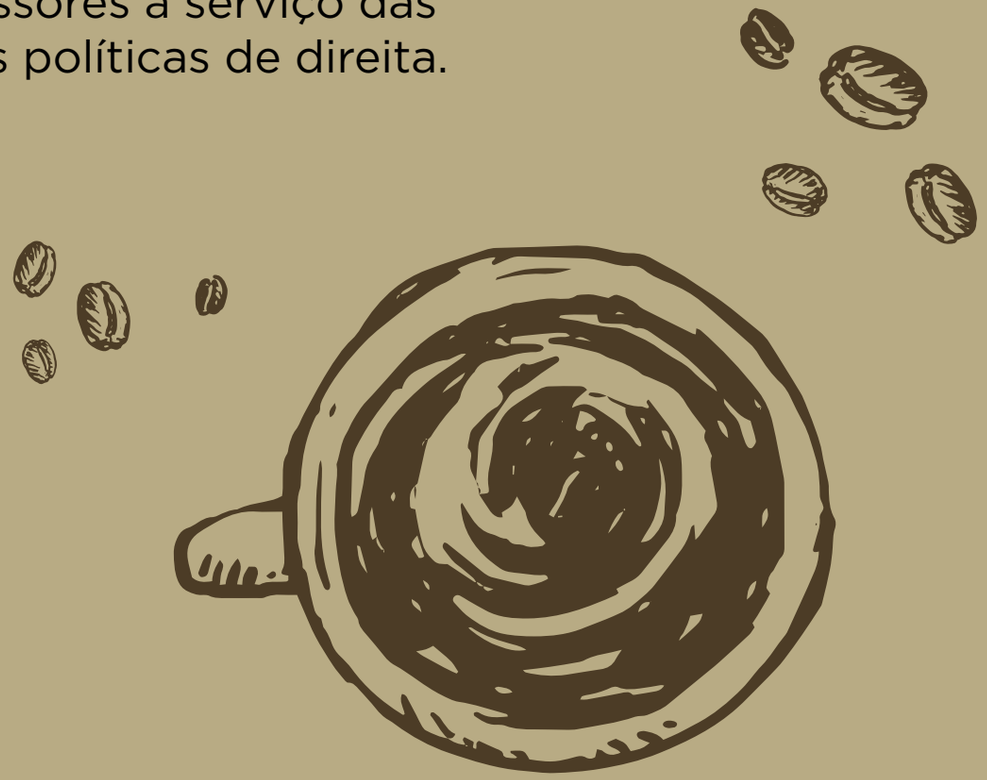
Segurança essencial

“Ao invés de fortalecer as instituições e valorizar quem as compõe, Bolsonaro aposta no descontrole delas, numa lógica miliciana. A família Bolsonaro não desenvolve relações substantivas com instituições, sejam elas as policiais ou as Forças Armadas, e nem tem apreço por elas. As instituições têm pouca valia para este grupo já que atrapalham os seus negócios políticos.”
A avaliação de representantes das trabalhadoras e trabalhadores da segurança pública mostra a preocupante politização do tema por um governo federal que



representa o retrocesso. Por outro lado, eles afirmaram que a apropriação do tema da segurança pública pela bancada do PSOL e por todos os partidos de esquerda é essencial. Para além disso, é necessário um aprofundamento das políticas de direitos humanos na área de segurança pública para conter a violência policial.
Os profissionais de segurança pública apontaram questões importantes: o aprofundamento da discussão da implementação da carreira única, do ciclo completo e da desmilitarização; o controle

externo das polícias com participação da sociedade civil e independência para as corregedorias; a importância da instalação de câmeras nos uniformes, o que tem reduzido a letalidade de polícias, a exemplo do Estado de São Paulo; o fim do autoritarismo e da hierarquização dentro das polícias, especialmente quando são utilizados como ferramentas de perseguição e punição; o fim da guerra às drogas, um pretexto do racismo estrutural para perseguir e punir a população pobre e periférica; esclarecimento sobre a forma como a sociedade encara o trabalho policial; contenção de programas policialescos, que normalizam na sociedade a ideia de que policial tem obrigação de matar bandido; e reeducação dos policiais que não se enxergam trabalhadores, mas agentes repressores a serviço das forças políticas de direita.



Retrocessos, desmonte e perseguições

- Reforma da Previdência. Impôs regras de transição mais severas para as polícias de natureza civil, embora a militar também seja impactada. Obriga o tempo mínimo de contribuição de 30 anos para homens e mulheres, idade mínima de 55 anos para ambos e tempo de exercício para 25 anos. As mulheres, como se vê, foram as mais prejudicadas, numa instituição marcada pelo machismo estrutural!
- Lei Complementar 173/2020. Proíbe reajustes salariais durante a epidemia da Covid-19: A proposta reduziu de forma direta a renda dos trabalhadores que já somavam perdas acumuladas nos últimos anos pela não reposição da inflação. A Lei, que congelou os salários dos servidores públicos municipais, estaduais e federais como moeda de troca da ajuda financeira da União para Estados e Municípios, chegou a ser questionada no Supremo Tribunal Federal, mas foi mantida.
- Emenda Constitucional 109/2021.



Trata-se da PEC emergencial, a do equilíbrio fiscal do governo federal, que significa que servidores públicos estarão com salários congelados até 2036, quando termina a vigência do teto de gastos determinado na Emenda Constitucional 95, aprovada em 2016.

- Reforma administrativa.

Em tramitação na Câmara, é um dos piores ataques ao serviço público, desmonte para garantir lucros para o setor privado. A garantia de estabilidade dos servidores será reduzida em paralelo a ampliação das possibilidades de parcerias privadas na execução de serviços públicos.

- Criminalização e perseguição dos movimentos de policiais antifascismo.

Ação sigilosa do Ministério da Justiça e Segurança Pública sobre um grupo de 579 servidores federais e estaduais de segurança identificados como integrantes do “movimento antifascismo” e três professores universitários. Além disso, há denúncias de expulsões e perseguições de policiais em várias unidades do país.



Vitimização policial

Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública trazem números preocupantes. Em 2020, 716 policiais foram mortos, por confronto em serviço ou na folga, suicídio e pela Covid-19. Os crimes violentos letais intencionais vitimaram 172 policiais em 2019 e 194 no ano passado, um aumento de 12,8%; em 98,4% dos casos eram do sexo masculino e 85% foram vítimas por armas de fogo. Os casos de suicídios tiveram redução de 15,6% em relação a 2019, foram 50 – com possibilidade de subnotificação.

Não é o dia a dia do trabalho policial que mais vitimiza policiais brasileiros e sim consequências indiretas de ser um profissional de segurança pública no Brasil: realização de serviços extras de segurança durante a folga (complementação salarial), impactos da atividade na saúde mental do trabalhador (estresse, carga horária excessiva, poucas horas de sono, pouco tempo de lazer e com a família, endividamento, entre outros), e ter a arma de fogo como instrumento de trabalho, além do ethos profissional que incita posturas



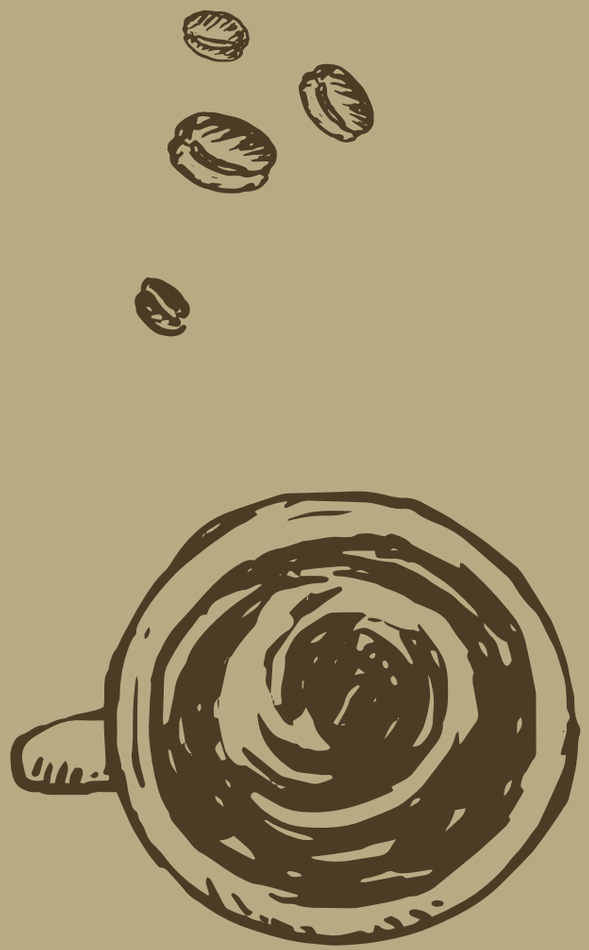
reativas diante do risco. No ano passado, 131 policiais morreram sob essas condições. Do efetivo da corporação, 42% são negros e representam 63% das vítimas; 57% são brancos e 34,5% das vítimas.
Um aspecto importante para destacar é o cenário de pandemia na corporação: 472 policiais foram vítimas letais da Covid-19 e 1 em cada 4 policiais civis e militares brasileiros foi afastado do serviço em decorrência da doença, em 2020.

Encaminhamentos

- Aprovação da PEC 133/2019 que permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União;
- Mobilização para que os projetos apresentados pela bancada que tratam da promoção e saúde de trabalhadores da segurança pública avancem na Câmara;
- Aprofundar o debate com as Guardas Municipais sobre as prioridades da categoria em projetos que tramitam na Câmara;
- Resistência contra a



privatização dos presídios e acompanhamento da regulamentação da Polícia Penal uma vez que essa previsão já foi aprovada pelo Congresso Nacional;
- Continuar a resistência contra o avanço da reforma administrativa;
- Garantir a presença de deputados e deputadas do PSOL na Comissão de Segurança Pública da Câmara em 2022;
- Estimular o partido a criar um setorial específico de trabalhadores policiais e a Fundação Lauro Campos na elaboração de estudos;
- Atuação contra a perseguição e tentativas de criminalização do movimento de policiais antifascismo;
- Adensamento das discussões sobre a reestruturação do modelo de segurança pública, em especial, na defesa da desmilitarização, do ciclo completo e da carreira única;
- Aprofundar a discussão sobre a valorização do profissional da segurança pública, em especial sobre os planos de cargos e salários;
- Aprofundar o debate sobre a vitimização policial;
- Combater o Estado penal punitivo;
- Apresentar proposta de regulamentação dos programas policialescos de TV;
- Atuar para fortalecer o Estatuto do Desarmamento;
- Promover discussões sobre desencarceramento.





participe

A construção de políticas sociais que visem uma sociedade justa, igualitária e de inclusão se dá com participação popular.
Fortaleça essa iniciativa acompanhando a bancada do PSOL na Câmara Federal!

Entre em contato com a Liderança do PSOL na Câmara:

E-mail: lidpsol@camara.leg.br
Instagram: @psolnamacara
Facebook: fb.com/psolnacamara
Twitter: @psolnacamara